

Data: 11.08.2020

Título: Hidrogénio. A galinha dos ovos de ouro do Governo que muitos dizem ser um...

Pub:



QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 1;16;17;18;19

Hidrogénio. A galinha dos ovos de ouro do Governo que muitos dizem ser um embuste

José Gomes Ferreira, Henrique Neto, Mira Amaral, José Ribeiro e Castro e Clemente Nunes são algumas das personalidades que estão contra um investimento que dizem ser desastroso para Portugal. João Galamba defende a sua dama

// PÁGS. 16-19



Área: 2759cm² / 63%

Tiragem: 16.000

FOTO: 4 Cores

ID: 6916378



Zoom // EN-H2

Hidrogénio. O Governo já escolheu a sua galinha dos ovos de ouro

O Governo está convencido de que o hidrogénio verde será o combustível do futuro e pretende colocar Portugal na vanguarda da produção e exportação. Falta, porém, cumprir vários passos, como a aprovação do Parlamento e fechar o acordo com os Países Baixos.

JOÃO AMARAL SANTOS
joao.santos@ionline.pt

O projeto do hidrogénio verde tem vindo a ser apresentado ao país como a nova galinha dos ovos de ouro. A tecnologia escolhida pelo Governo para a transição para uma economia descarbonizada é encarada sobretudo como um negócio milionário para Portugal.

A denominada Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), já aprovada em Conselho de Ministros, prevê que o país possa beneficiar da sua localização geográfica (e das suas horas de sol) para se tornar uma referência na produção, consumo e exportação de hidrogénio verde. O objetivo passa por alimentar o país, mas também o Norte industrializado da Europa (os Países Baixos e a região do Vale do Ruhr, na Alemanha), por via marítima.

Mas, para tal, o Governo vai adiantando que é necessário "criar as bases para estimular a procura, e não simplesmente aguardar que esta ocorra". Ou seja, é preciso investir nas infraestruturas para produzir e, depois, vender. E é precisamente neste ponto que as opiniões divergem, pois esta tecnologia – dependente de fontes de energia renováveis (a energia solar fotovoltaica e a eólica) – tem custos de produção ainda muito elevados. E ainda ninguém percebeu, até ao momento, que fatia caberá a Bruxelas, ao Estado português e aos privados. Nem quem ganhará mais com tudo isto.

Na apresentação do EN-H2, o ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, apresentou um plano que estima investimentos entre os 7 mil milhões e os 9 mil milhões de euros e que representa uma redução das importações de gás natural entre os 380 milhões e os 740 milhões de euros e, de amónia, de cerca de 180 milhões de euros. No âmbito desta aposta está ainda prevista a criação de 8500 a 12 mil novos empregos, diretos e indiretos.

O Governo destaca, para já, cinco iniciativas-chave a realizar a curto/médio prazo: a criação de um projeto-âncora de produção de hidrogénio verde, em Sines; a descarbonização do setor dos transportes pesados; a descarbonização

da indústria nacional; a criação de um laboratório colaborativo para o hidrogénio; e a formalização de uma candidatura ao Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI na sigla inglesa) Hidrogénio – a chave para o arranque do processo.

FALTA CONVENCER PARLAMENTO Pesem embora as declarações (confiantes) dos governantes portugueses, há passos decisivos que faltam concretizar para que o EN-H2 possa sair do papel. Em primeiro lugar, é necessário que a estratégia seja aprovada pela Assembleia da República. E a tarefa, para já, não parece fácil, uma vez que a unanimidade está longe de ser alcançada. PSD e PCP já manifestaram dúvidas pela forma como o processo está a ser conduzido pelo Executivo de António Costa, nomeadamente em relação ao papel que o Estado deverá assumir na escolha dos parceiros e dos locais para a produção. Por outro lado, a oposição recuperou o episódio das rendas excessivas no setor da eletricidade, alertando para a possibilidade de novas perdas avultadas para os cofres públicos, agora com o hidrogénio verde.

O custo de produção do hidrogénio verde é ainda muito elevado, por depender de fontes de energia renováveis

O apoio do IPCEI é fundamental para o projeto avançar. Portugal deverá candidatar-se com os Países Baixos



Area: 2759cm² / 63%

Titragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6916378



Area: 2759cm² / 63%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6916378



A aplicação do hidrogénio verde é total: na mobilidade, na indústria, no comércio e em contexto doméstico

DREAMSTIME

Hidrogénio

O que é? E como se consegue produzir?

O hidrogénio é visto como uma alternativa aos combustíveis fósseis (como o petróleo). Embora seja o elemento químico mais abundante na natureza, não existem reservas naturais livres de hidrogénio no planeta. Por norma, o hidrogénio é obtido através da molécula da água (H₂O), através de uma técnica conhecida como eletrólise, que permite separá-lo do oxigénio. Este processo precisa, porém, de eletricidade e, normalmente, utiliza-se o gás natural (que liberta grandes quantidades de CO₂ e contribui para o aquecimento global). Portugal quer aproveitar as suas condições para produzir hidrogénio verde através de energias renováveis, como a solar e a eólica.

Os prós e os contras de um novo "combustível"



- É 100% sustentável. O hidrogénio verde não emite gases poluentes durante a produção ou a combustão.
- Pode ser transformado em eletricidade ou combustíveis sintéticos e ser utilizado na mobilidade, indústria, comércio ou em contexto doméstico.
- É fácil de armazenar, o que permite ser utilizado em fases posteriores à da produção.
- Pode ser transportado por via marítima ou misturado com o gás natural (em até 20%) e viajar pelos mesmos canais e infraestruturas do gás.

- A produção de hidrogénio verde é ainda muito cara, devido aos custos elevados na obtenção de energia proveniente de fontes renováveis (solar e eólica).
- A produção de hidrogénio, tanto o geral como o verde, requer mais energia que os outros combustíveis.
- O hidrogénio é um elemento muito volátil e inflamável que obriga a padrões de segurança elevados para evitar fugas e explosões.

IPCEI DEPENDENTE DOS PAÍSES BAIXOS

Bruxelas vai apostar no hidrogénio como base para a transição energética na Europa. E o Governo quer, por sua vez, convencer a Comissão Europeia de que Portugal é a opção que mais lhe convém. O IPCEI é visto como o instrumento que possibilitará ao Estado avançar com o projeto, pois permitirá suportar parte significativa do investimento que terá de ser feito. Há, no entanto, um fator que pode travar todo o processo, uma vez que, segundo os regulamentos de Bruxelas, Portugal só poderá candidatar-se a este programa em conjunto com outro Estado-membro. O acordo com os Países Baixos foi há muito dado como certo, mas a verdade é que, até ao momento, ainda nada foi oficialmente assinado pelos dois países.

Ainda assim, o Governo vai trilhando caminho e já anunciou os projetos que se mantêm "em jogo", com condições para se candidatarem por Portugal ao IPCEI Hidrogénio. Das 74 candidaturas apresentadas a 17 de julho, o comité de admissão passou à fase seguinte 37, que representam um investimento potencial de 9 mil milhões de euros. De acordo com o Executivo, o processo de candidatura será agora "aprofundado", com "informação técnica e financeira mais detalhada" por parte dos candidatos. Entre os vários projetos está, por exemplo, o da Bondalti Chemicals, que tem a intenção de produzir hidrogénio verde e amoníaco verde no complexo químico de Estarreja até 2040, num investimento de 2,4 mil milhões de euros. Já a EDP e a Galp uniram-se no projeto H2Sines, um consórcio com a REN e outras empresas nacionais e internacionais, com vista à criação de uma central de produção de hidrogénio verde em Sines até 2030. O investimento rondará os 1,5 mil milhões.

A lista de empresas envolvidas neste processo não foi, porém, divulgada pelo Governo, pois muitas das entidades preferem guardar anonimato. Outras, por sua vez, não divulgam o que verdadeiramente têm em vista. Segundo o calendário, o Governo pretende realizar, no início do próximo ano, o primeiro leilão para a produção de hidrogénio verde em Portugal. A produção poderá começar no final de 2021 ou início de 2022.

Zoom // EN-H2

A solução não é unânime e discussão tem subido de tom

A estratégia para a produção de hidrogénio verde em Portugal continua a não colher unanimidade. O jornalista José Gomes Ferreira não poupa críticas à opção. Entretanto, um grupo de 44 políticos, empresários e professores assinaram um manifesto contra o plano do Governo.

JOÃO AMARAL SANTOS
joao.santos@ionline.pt

Enquanto o Governo procura dar garantias de que a Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2) avança como algo inevitável – embora faltando a aprovação do Parlamento e a oficialização do acordo entre Portugal e Países Baixos para que o projeto avance –, cada vez mais vozes se erguem contra o plano.

Os críticos questionam, nesta fase, se será esta a opção mais correta para a descarbonização da economia. E, sobretudo, se será a que mais convém ao Estado português, caso tenha de suportar, numa primeira fase, para a implementação da tecnologia, parte importante do investimento previsto, entre os sete mil milhões e os nove mil milhões de euros (mesmo considerando os apoios de Bruxelas e dos parceiros privados).

O tema tem, aliás, levado os opositores do plano a recuperarem o episódio das rendas excessivas no setor da eletricidade, que envolve o ex-primeiro-ministro José Sócrates e o ex-ministro da Economia Manuel Pinho. Recorde-se que o processo das rendas excessivas é investigado há oito anos pelo DCIAP e, muito recentemente, o presidente da EDP, António Mexia, e o presidente da EDP Renováveis, João Manso, foram constituídos arguidos pelo Ministério Público. Em causa estão contratos de compensação que terão sido celebrados pela elétrica e vários Governos, a partir de 2004, e que terão beneficiado a EDP em cerca de mil milhões de euros.

JOSÉ GOMES FERREIRA ARRASADOR Um dos principais (e mais mediáticos) críticos do plano é José Gomes Ferreira, que

tem aproveitado os seus habituais espaços de opinião no horário nobre da SIC para arrasar a opção do Governo. “Se não fizermos nada para o impedir, estaremos a dar carta verde a mais um saque das empresas do regime a toda a economia”, afirma o jornalista. José Gomes Ferreira diz “que entre os empresários que estão a preparar as suas candidaturas estão alguns que ficaram a dever centenas de milhões de euros aos bancos, nomeadamente ao Novo Banco”, acrescentando que “se este esquema for aprovado e implementado irá contribuir para a triplicação do número de estruturas de produção de energia elétrica em Portugal, todas subsidiadas, numa altura em que já existe excesso de capacidade no nosso sistema que obriga ao pagamento de preços dos mais elevados da Europa, baixando proporcionalmente a nossa competitividade” – “uma loucura financeira e económica que nós, consumidores, pagamos a um preço altíssimo”, acusa.

José Gomes Ferreira questiona se “não seria melhor guardar os sete mil milhões de euros de fundos comunitários que estão destinados a este projeto da economia não transacionável – a maior parte dos quais voltará para os cofres dos Países Baixos e da Alemanha, países que nos vão vender a tecnologia do hidrogénio e assim conseguem o retorno dos fundos que cederam – para ajudar os exportadores de frutos vermelhos de Trás-os-Montes, os exportadores de móveis de Paços de Ferreira, os produtores de tomate e hortaliças do Ribatejo e do Alentejo, os produtores de moldes da Marinha Grande, os produtores de vinhos do Dão e do Alentejo, todos os que trabalham na economia transacionável e



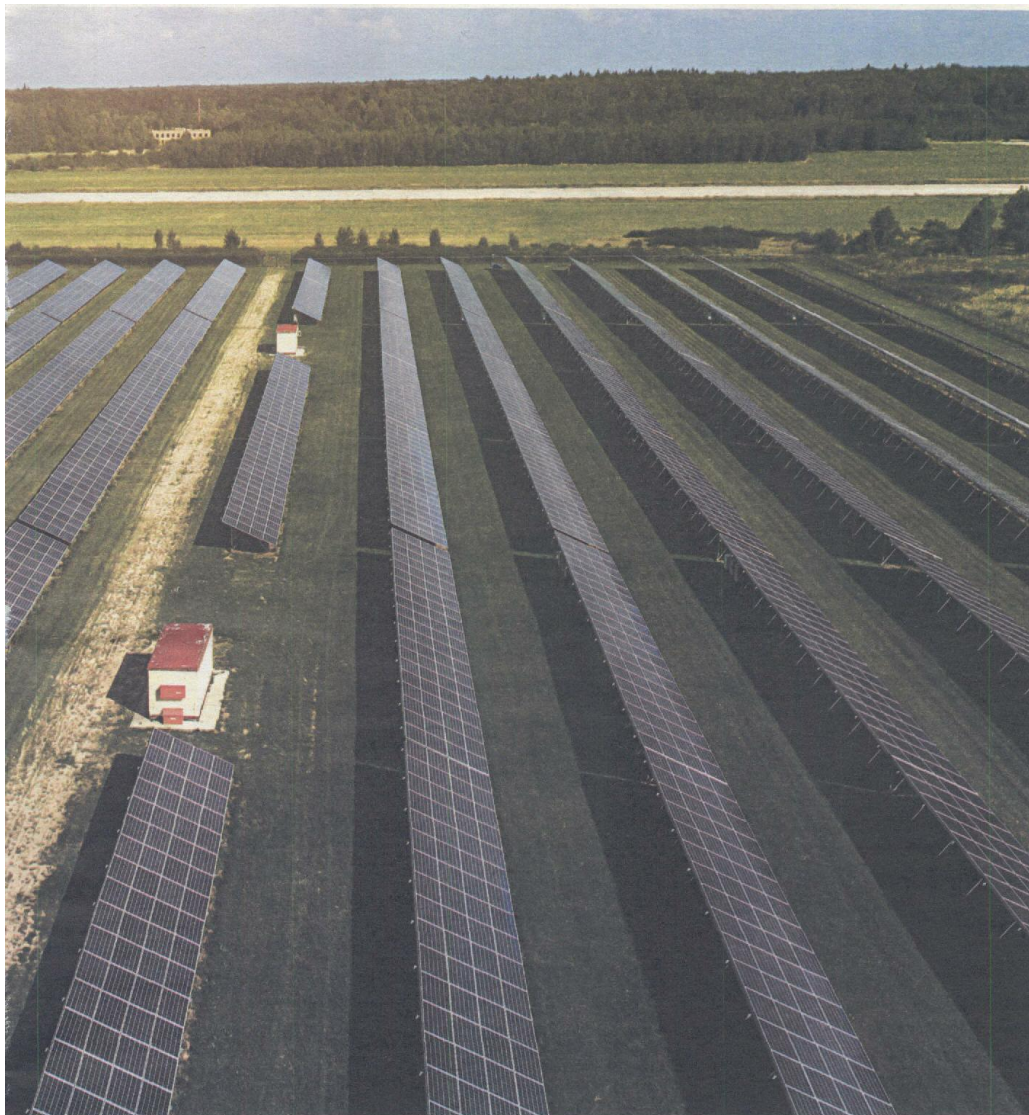
fomentam as exportações”. “O plano do Governo é desviar esse dinheiro da economia transacionável para a economia protegida dos amigos das rendas garantidas”, afirma.

Entretanto foi criada a “Tertúlia Energia”, um grupo de personalidades (políticos, empresários e professores) que contestam a EN-H2. Os membros deste movimento divulgaram um manifesto que pretende travar o plano do Governo. Da lista de 44 signatários fazem parte Mira Amaral, ex-ministro, Abel Mateus, ex-presidente da Autoridade da Concorrência, Clemente Pedro Nunes, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, Henrique Gomes, ex-secretário de Estado da Energia, Henrique Neto, ex-deputado do PS, José Ribeiro e Castro, ex-líder do CDS, Miguel Lucas, CEO da Oxy Capital, e Rui Paiva, CEO da WeDo Technologies, entre outros.

No comunicado divulgado, a “Tertúlia Energia” diz que “o país não pode, mais uma vez, embarcar numa aventura como a Estratégia do Hidrogénio, que absorverá uma parte significativa dos recur-

“Uma loucura financeira e económica que nós, consumidores, pagamos a um preço altíssimo”, diz José Gomes Ferreira

“O hidrogénio não terá qualquer custo acrescido para os consumidores”, afirma o ministro João Pedro Matos Fernandes



O hidrogénio verde, o “combustível” do futuro, é produzido com recurso a energia fotovoltaica ou eólica

DREAMSTIME

Area: 2759cm² / 63%
Tiragem: 16.000
FOTO
Cores: 4 Cores
ID: 6916378

...sos, financiando projetos sem rentabilidade, usando tecnologias que, por não estarem ainda dominadas, só vão fazer subir custos de produção e preços no consumidor ou onerar o contribuinte, via subsídios do Estado, e assim reduzir o crescimento”.

“O que o país necessita é de investimentos produtivos, virados para as exportações, que promovam a modernização e dinamização da estrutura produtiva ou infraestruturas estratégicas, que possam aumentar a produtividade e, assim, reduzir a pobreza e evitar que continuemos a caminhar para a cauda da União Europeia”, afirma.

PSD TAMBÉM CONTRA O PLANO O último debate do Estado da Nação, na Assembleia da República, voltou a colocar o tema na ordem do dia. Rui Rio, presidente do PSD, afirmou que o Estado não tem condições, neste momento, para acompanhar o investimento que terá de ser feito nesta tecnologia. “Não temos condições para aventuras nem para ideias megalómanas”, afirmou. Rio admitiu que

o hidrogénio verde é “uma fonte de energia com futuro”, mas acrescentou que, atualmente, é uma opção que está “tecnologicamente ainda muito atrasada”. “Os custos de produção em hidrogénio vão reduzir-se, segundo as estimativas que se fazem, 60% nos próximos dez anos e o Governo anuncia que quer investimentos de sete mil milhões de euros”, lamentou.

Em resposta, o primeiro-ministro, António Costa, chegou a manifestar-se “muito perplexo” com a posição do PSD, voltando a sublinhar os planos do Governo para o futuro em relação a esta matéria: “Portugal vai ter uma posição liderante [na produção de hidrogénio verde] na Europa porque o país tem condições naturais para o fazer”, afirmou, acrescentando que tal representa um “fator importante para a mobilização da indústria nacional e para a valorização geoeconómica” do país.

GOVERNO REJEITA CRÍTICAS Do lado do Governo têm sido várias as vozes a defender esta opção. É o caso do ministro do

Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, que foi recentemente ao Parlamento garantir que “o hidrogénio não terá qualquer custo acrescentado para os consumidores”.

Porém, é o secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, que tem assumido, na linha da frente, a defesa desta estratégia. Em entrevista à *SIC Notícias*, o governante afirmou que “não haverá rendas ao hidrogénio, tal como houve no passado para as centrais térmicas, com os CMEC [custos de manutenção do equilíbrio contratual], e para as renováveis, com as tarifas *feed-in*”. “Não haverá subsídio nenhuma de electricidade em relação ao hidrogénio verde”.

O secretário de Estado explicou, porém, que haverá, sim, “uma subsídio de parte dos custos numa fase de arranque, como vão fazer todos os países”, fazendo um paralelo com a Autoeuropa: “A Autoeuropa, quando veio para Portugal, também foi subsidiada. Todos os projetos que se candidatam a fundos europeus são subsidiados”, concluiu.



A troca de argumentos escalou para a ofensa, após uma entrevista de Clemente Pedro Nunes à *SIC Notícias*. O professor universitário, uma das vozes críticas da EN-H2, voltou a apontar o dedo ao Governo, afirmando que a estratégia para o hidrogénio é “mais do mesmo” e que “quem vai ser roubado são os contribuintes”. O secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, não foi brando na resposta e, no *Twitter*, descreveu Clemente Pedro Nunes como “mentiroso” e “aldrabão encartado”.